

RABELLO, Rodrigo; GONZÁLEZ DE GÓMEZ, Maria Nélida. Agentes, intermediações e instucionalidades: apontamentos sobre um mosaico interpretativo no campo informacional. In: GONZÁLEZ DE GÓMEZ, Maria Nélida; RABELLO, Rodrigo. **Informação: agentes e intermediação. Prefácio de Rafael Capurro**. Brasília: IBICT, 2016. ISBN: 978-85-7013-107-2. **Preprint**.

1. AGENTES, INTERMEDIações E INSTUCIONALIDADES:

apontamentos sobre um mosaico interpretativo no campo informacional

Rodrigo Rabello

Maria Nélida González de Gómez

No atual cenário informacional, a convivência com distintos objetos tecnológicos e com a dinamicidade de processos comunicativos em rede tem refletido e/ou influenciado a agência dos sujeitos e das instituições informativas. Infere-se que parte da dificuldade de compreender o fenômeno resulta do quão rápido tais mudanças vêm inquietando os investigadores que, imersos neste novo contexto, buscam encontrar perspectivas para inscrever suas interpretações. Pretende-se, no presente livro, trazer algumas peças do mosaico interpretativo constante na literatura da ciência da informação que, em diálogo com as ciências humanas e sociais e com a filosofia, tem buscado compreender o papel dos sujeitos e das instituições ante aos disformes e significativos contextos comunicativos contemporâneos. Supõe-se que um possível caminho para tal encaixe propositivo perpassa as interpretações de novos paradigmas teóricos e conceituais tocantes aos entremeios das agências dos sujeitos e aos desafios da intermediação da informação no âmbito institucional.



The work “Agentes, intermediações e instucionalidades: apontamentos sobre um mosaico interpretativo no campo informacional” is licensed under the [Creative Commons - Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc-sa/4.0/)

A agência dos sujeitos e das instituições – expressa em formas de produção, intermediação e consumo de informação e de conhecimento – quando concebida, refletida ou influenciada em meio à convivência com distintos objetos tecnológicos e processos comunicativos em rede, se apresenta como um importante objeto de estudo a ser explorado no campo informacional.

A emergência de estudos dessa natureza se dá ao se reconhecer que parte da dificuldade de compreender o fenômeno informacional por meio do escrutínio da agência dos sujeitos e das instituições resulta do quão rápido tais mudanças tecnológicas e institucionais vêm inquietando os investigadores que, imersos a este novo cenário, buscam identificar perspectivas para inscrever suas interpretações.

Premissas meta-teóricas de amplo alcance disputam hoje a interpretação preferencial acerca do escopo, da abrangência e da atualidade das questões informacionais. Entre elas, têm ganhado destaque as indagações pela agência, pelo lugar dos sujeitos da informação, em geral, (sujeitos epistêmicos, legais, éticos, políticos), e especificamente nos contextos de ações de informação mediadas pelas intervenções institucionais, profissionais e tecnológicas (sistemas de informação, profissionais de informação, usuários de informação). Numa história das ontologias discursivas, o lugar da subjetividade situava-se inestável entre o controle e a emancipação.

Hoje, as questões da agência têm gerado uma produção discursiva profusa e controversa, onde autores e fóruns internacionais e locais¹ colocam em debate não só as antigas premissas, mas também a disponibilidade semântica de categorias de análise para a proposição dos problemas. Imersas nos ambientes triviais da vida cotidiana, tecnologias (da TV digital ao Google Glass) parecem reformular demarcações habitualizadas entre o público e o privado, entre ser agente ou paciente de ações de informação.

Se as fronteiras ontológicas são incertas, a mobilidade digital das línguas não supera as idiossincrasias culturais das gramáticas. Para Capurro (2011), seria próprio da tradição greco-cristã a valorização do discurso direto, o que não é comum a todos os usos culturais da linguagem. A questão da vigência intercultural dos discursos problematiza o alcance e extensão da dimensão ética e política dos jogos da linguagem (CAPURRO, 2011).

Apesar da existência de um profícuo repertório teórico influenciado pelo humanismo e pela epistemologia social, a ciência da informação ainda carece de um lugar de destaque para a informação concebida como fenômeno social. Embora a mencionada dimensão social continue a se apresentar como pressuposto, ao menos como um paradigma emergente, tem-se observado que grande parte das lentes dos estudos sobre informação ainda tendem a se debruçar e a colocar em relevo aspectos tangíveis ou físicos ou eminentemente cognitivos do fenômeno (RABELLO, 2013).

Como em outros campos, a compartimentalização de saberes na ciência da informação, decorrente da especialização, segue o seu “curso normal”. Nessa direção, o processo de disciplinarização da ciência da informação tem se referenciado em processos-chave ou categorias, como organização, disseminação, acesso, recuperação e uso, para citar aqueles que apresentam maior proeminência. A abstração recorrente encontra concretude na dimensão teórica e prática relacionada à delimitação de subdisciplinas e à atuação profissional em dessemelhantes institucionalidades.

¹ Alguns deles têm dado lugar a obras coletivas, como CEPE 2011 (MAUGER, 2011) e The Onlife Manifesto (FLORIDI, 2015).

Conquanto para cada processo haja uma delimitação histórica e teórica da disciplina na qual atua como plataforma definidora de ação investigativa e/ou profissional, não há, neste momento, o objetivo de contextualizar cada um deles. Pretende-se, por sua vez, situar processos no âmbito de uma tradição teórica e apresentar possibilidades investigativas a partir da convivência destes com outros até então pouco explorados no campo.

O fenômeno informação, quando pensado no âmbito de disciplinas tradicionais como organização da informação ou recuperação da informação, é moldado e delimitado a partir de um quadro teórico e metodológico próprio que define a perspectiva com a qual a informação será analisada, algo que influirá nas formas de atuação dos sujeitos ante os processos (práticas profissionais, teorias, métodos e técnicas), além de influir em aspectos de infraestrutura que serão priorizados (instituições, sistemas, instrumentos, tecnologias).

Com a tradição teórica, sobretudo da área de organização (vertente francófona) e de recuperação da informação (vertente anglófona) pode-se dizer que tais categorias exercem papel catalizador e congregador de saberes, ou até mesmo fundantes daquilo que hoje se enuncia como ciência da informação. É possível identificar estudos que buscam corroborar com essa interpretação.²

Complementarmente ao quadro teórico tradicional, o paradigma social da informação tem se apresentado como uma alternativa com vistas ao estabelecimento de novas conexões com objetos de estudos consolidados ou até mesmo visando abrir a possibilidade de criação de outros objetos ou de distintos – ou até então improváveis – horizontes interpretativos. As possibilidades têm se demonstrado promissoras.

Um caminho a ser explorado se refere a processos que, por vezes, tiveram ou ainda apresentam papel secundário ou, até mesmo, são explorados de forma compartimentalizada na ciência da informação, ainda que, em diferente medida, também constituam pressupostos originários, de primeira ordem, ou contextualizadores, de segunda ordem, às demais categorias mencionadas. Faz-se oportuno citar, como exemplo, dois processos: produção e intermediação de informação e de conhecimento.

O processo de produção remete à gênese que envolve aspectos cognitivos e sociais que antecedem a consubstanciação objetiva da informação e do conhecimento em suportes e em sistemas de informação. Apresenta-se como processo de primeira ordem por referenciar ou ser constitutivo dos atos criativos e validativos daquilo que poderá ser comunicado, de forma tangível (registrada) ou em sua dimensão efêmera, como em processos cognitivos ou em atos da fala analisados ou contextualizados intersubjetivamente.

Desse modo, a produção da informação e do conhecimento também se apresenta como porta de entrada para os dilemas políticos e/ou éticos que se estendem aos demais processos, problematizados ainda por aspectos culturais e/ou econômicos que têm se tornado prementes na contemporaneidade, sobretudo após o advento e o impacto social causado ou influenciado pelas novas tecnologias de informação.

A intermediação, que num contexto institucional é arquitetada e/ou orientada por um processo de gestão, remete a um meta-processo que conta com atores humanos e não humanos e que encontra lugar num processo comunicativo específico. Por se apresentar como

² Sobre demarcações das duas vertentes influentes na ciência da informação, vejam-se alguns textos que resgatam ou citam a influência de Otlet (1934), para a vertente francófona, e/ou Bush (1945), para a vertente anglófona, vejam-se Shera (1980), Fernández Molina (1993), López Yepez (1995), Rayward (1995), Saracevic (1995), dentre outros.

particularidade do citado processo, quando realizado por um promotor,³ os objetos organização, disseminação, acesso e recuperação se apresentam como variáveis da intermediação. Já o uso é o processo realizado por atores humanos que, ao consumir – acessar ou recuperar a informação organizada e disseminada – ou se apropriar da informação produzida e intermediada, poderão atuar como produtores de informação e de conhecimento.

Essa perspectiva de intermediação tem *a priori* duas modalidades de sujeitos agentes. A primeira modalidade é representada pelo profissional de informação, aquele que atua na gestão e na intermediação da informação em um sistema de informação. A segunda modalidade é representada pelo usuário de informação, aquele que, conforme mencionado, utiliza a informação.

Entende-se por sistema de informação o ordenamento lógico de informação com vistas a atender às necessidades de determinada comunidade. Sistemas dessa natureza geralmente estão estruturados em subsistemas, por meio dos quais tornam possíveis, após armazenamento de informação, os processos de organização, disseminação, acesso e recuperação.

Tais sistemas podem ser nomeados à luz dos conjuntos dos processos, formas de intermediação, segundo os quais podem ser considerados de maneira abrangente. Neste caso são denominados de sistemas intermediadores de informação. Quando nomeados especificamente em direção à sua função teleológica e, por vezes, priorizando os mecanismos tecnológicos, recebem também a denominação de sistemas de recuperação de informação.

Os sistemas intermediadores ou de recuperação de informação podem assumir diferentes morfologias institucionais e/ou tecnológicas. Por exemplo, instituições como biblioteca, museu, arquivo, centro de documentação e unidades informacionais afins podem ser considerados sistemas infraordenados por subsistemas, como acervos, coleções, fundos arquivísticos, exposições museais; estes, por sua vez, têm sua operacionalização quando infraordenados por subsistemas tecnológicos, como bases de dados, catálogos, bibliografias, índices, dentre outros instrumentos para organização e recuperação da informação.

Essa característica de entrada (*input*) e saída (*output*) de informação nos sistemas tem condicionado a própria concepção de informação, restringida à sua dimensão registrada. Por informação registrada compreende-se sua materialização em suportes diversos, ou seja, em objetos valorados, por alguma intencionalidade, como documentos (textos completos, documentos jurídico-administrativos, objetos museais, dentre outros) e em documentos substitutos ou informações documentais, tais como formas de representação descritiva (catálogos, índices de autoridade, referências bibliográficas, inventários) e temática (índices, cabeçalhos de assunto, resumos).

Com isso, pode-se dizer que a perspectiva consolidada de intermediação na ciência da informação tem sido orientada pelo pressuposto do sistema de informação que limita a compreensão do fenômeno informacional a uma modalidade de comunicação instrumental orientada para fins, tomando como direcionador uma forma pragmática que, segundo Habermas (2010), se diferencia daquela propriamente comunicativa, mesmo que possa, em distintos contextos ou direcionamentos, assumir esta função.

Ao alocar a um segundo plano a informação como fenômeno social, o campo da ciência da informação ergue seus alicerces com base numa concepção teleológica, mediante técnicas e

³ Entende-se por promotor da intermediação o profissional que pode atuar em diferentes funções, tais como organização e disseminação da informação, ação cultural, promoção de acesso e estabelecimento de critérios e instrumentos de recuperação da informação.

tecnologias, que restringe a concepção de sujeitos agentes – produtores, intermediadores e consumidores de informação e de conhecimento – bem como limita a possibilidade de estudo de aspectos que escapam dos domínios dos sistemas de informação, como é o caso dos conceitos de informação para além do registro.

Os textos que compõem o presente livro buscam trazer luz sobre diferentes formas de atuação dos sujeitos, assim como sobre novos horizontes informacionais. Abrem margem, com efeito, para a busca por ressignificação dos atores, se considerados cada qual em seu papel e a partir das posições estratégicas e epistêmicas que ocupam durante a agência. A coletânea pretende, dentre outros aspectos, abrir espaço para um leque de questionamentos direcionados aos posicionamentos teóricos que, de forma naturalizada, vinham desconsiderando atores ou relegando a estes a posição de coadjuvantes.

As contribuições buscam fomentar, ademais, outras problematizações de concepções de institucionalidades estritamente relacionadas aos sistemas intermediadores ou de recuperação de informação. A esse respeito, a dimensão pragmática da informação tem fornecido contrapontos teóricos e práticos que vêm contribuindo para a indagação sobre a atuação dos sujeitos em contextos institucionais hierarquizados ou naqueles particulares da vida cotidiana.

Reafirmando a hipótese inicial motivadora para o empreendimento, a consideração dos sujeitos em interação, apreendidos em suas potencialidades comunicativas e interventivas, intensifica as alternativas de criação de novos objetos de estudo no atual cenário informacional. Neste é possível identificar a convivência com objetos tecnológicos e com a agilidade com a qual os processos comunicativos em rede têm refletido e/ou influenciado a agência dos sujeitos e das instituições informativas.

Pressupõe-se que todo sujeito que interage no tecido social se forja particularizando-se em meio a uma coletividade heterogênea. Ele se molda por institucionalidades, posicionamentos e concepções de mundo com as quais são compartilhadas ou referenciadas coletivamente. O sujeito influencia ou é influenciado por outrem a partir de sua cognoscibilidade fundamentada por signos e símbolos vivenciados e/ou inscritos em sua herança cultural, social e política, numa palavra, em sua historicidade.

O conceito habermasiano de “mundo da vida simbolicamente estruturado” é uma acepção particular dessa historicidade intersubjetiva. Segundo Habermas (2010, p. 20-21), a conformação do mundo da vida é constituída da pragmática formal composta por atos comunicativos dos atores intervenientes, ou seja, dos participantes que interpretam esse mundo em termos linguísticos.

As formas de integração social, sob essa perspectiva, são conceitualmente articuladas pelo vetor da teoria da ação, que preceitua que os atores perseguem, mediante processos de entendimento, objetivos de ação orientados por preferências próprias. Além do mais, essa teoria considera que as relações sociais são reguladas por formas de poder e do mercado que podem repercutir em modos de interações mediadas pela linguagem.

Por essas razões, a linguagem constitui o pano de fundo do mundo da vida que é passível de diferenciação por tipos de ato de fala e por pretensões de validade. Os determinantes desse discernimento perpassam o saber cultural (esquemas passíveis de consensualidade), os recursos de solidariedade social (relações interpessoais legitimamente ordenadas) e os resultados de personalizações (estruturas específicas).

Essa concepção particular da ação do sujeito abre margem ou vem fundamentando estudos na ciência da informação que consideram que os sujeitos validam e julgam a informação não apenas por sua relevância, conforme preceitua Saracevic (2009), mas por aspectos intrínsecos

que lhe conferem credibilidade, ou que consideram, como objeto de validação, os sujeitos gnosiológicos e sua autoridade cognitiva, bem como os produtos ou indícios informacionais de autoria (RIEH; BELKIN, 1998; RIEH, 2002; RIEH; DANIELSON, 2007).

Nessa direção, além dos contextos de transmissão, compartilhamento e apropriação, os contextos de produção social do conhecimento também passam a ser considerados como objeto de análise. Em tais contextos, o espaço de estruturação simbólica se torna ainda mais complexo diante dos dessemelhantes suportes ou meios efêmeros com as quais as pretensões de validade são veiculadas.

Dentre os meios tecnológicos, a Web tem surpreendido ao permitir novas formas de experimentação na relação espaço-tempo somadas à possibilidade de validação de informações e de troca de experiências intersubjetivas antes inimagináveis. Esse canal tem permitido a transmissão de pretensões comunicativas que revelam a necessidade de uma fenomenologia distinta para conceituar, por exemplo, novos contextos de validação.

Em síntese, o quadro argumentativo até aqui ensaiado traz parte da problematização tocante: i) aos agentes ou sujeitos, atores informacionais concebidos não apenas em sua dimensão tradicional, mas por sua agência em contexto; ii) às agências ou intervenções, pensadas em diferentes formas e contextos de produção, intermediação e consumo da informação e do conhecimento; e iii) às institucionalidades, concebidas para além dos sistemas e da construção de informação que naqueles se encerra e se limita conceitualmente.

A linha de convergência que perpassa os textos que compõem esta coletânea pode ser traçada a partir da hipótese central de que um caminho possível para um encaixe propositivo acerca da informação como fenômeno social pode avançar como um ou mais programas de investigação em meio a interpretações de novos paradigmas teóricos e conceituais tocantes aos entremeios das agências dos sujeitos e aos desafios da intermediação da informação no âmbito institucional.

A informação como fenômeno social foi abordada sem perder de vista as tradicionais e, por vezes, estruturantes dimensões física ou objetiva e cognitiva ou subjetiva da informação. Embora os diagnósticos conjecturais e a ideia inicial para esta publicação tenham-se originado num contexto particular de pesquisa,⁴ a aderência da conceituada produção dos autores às formas inovadoras de enfrentar as questões e o modo generoso com o qual abraçaram o projeto foi determinante para a concretização do mosaico interpretativo que aqui se propõe.

Pretende-se, portanto, trazer algumas peças do mosaico interpretativo consubstanciadas na literatura nacional e internacional da ciência da informação que, em diálogo com a filosofia e com as ciências humanas e sociais, tem buscado compreender o papel dos sujeitos, das múltiplas faces da intermediação e das instituições ante aos disformes e significativos contextos comunicativos contemporâneos.

Quanto à estrutura do livro, os textos formam uma diversificada aquarela de temas cujos quadros foram organizados, em sequência ao presente preâmbulo (Parte I), em premissas paradigmáticas (Parte II); sujeitos da informação (Parte III); intermediações (Parte IV); e transversalidades (Parte V).

⁴ A presente coletânea foi concebida como parte das atividades de pesquisa de pós-doutorado de Rodrigo Rabello no Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT), entre 2010 e 2012, sob a supervisão de Maria Nélida González de Gómez, atuando no âmbito do Grupo de Pesquisa Teoria, História e Epistemologia da Ciência da Informação/IBICT.

No âmbito das “premissas paradigmáticas”, o primeiro texto “Sujeito, agência e informação: tradição e leituras transversais” tem por objetivo cotejar os conceitos “informação” e “agência” para pensar o “sujeito” no campo da informação. A proposta traz uma reflexão sobre a possibilidade de coexistência de abordagens tradicionais com proposições emergentes na ciência da informação, destacando o diálogo com a filosofia da informação e com campos das ciências humanas e sociais.

Esse texto traz parte da fundamentação teórica deste preâmbulo e está dividido em dois momentos. No primeiro, parte da tradição teórica foi abordada em agências informacionais relacionadas aos processos de busca e de uso da informação. No segundo momento, aponta para uma possível concepção social de informação quando pensada transdisciplinarmente, congregando dimensões política, ética, econômica e/ou relacionando sujeitos com institucionalidades e com tecnologias e recursos informacionais em agenciamentos presentes no cotidiano, em redes e em regimes múltiplos.

A parte que toca especificamente os “sujeitos da informação” conta com três ensaios que se debruçam, cada qual sob uma perspectiva, sobre o assunto, se articulando orientados por interesses complementares, quais sejam: trazer um quadro amplo de agências ou explorar especificamente agências particulares – busca, uso, comportamento, prática e ação de informação – tomando como pressuposto aspectos históricos, epistemológicos, epistêmicos e práticos.

Nessa direção, o texto “Sujeito e agência informacional: comportamento, prática e ação”, escrito por Rodrigo Rabello, busca comparar os três tipos de agência informacional que o subtítulo sugere, de modo a trazer luz ao conceito de sujeito na ciência da informação em contextos de intermediação para além da noção de sistema de informação, ou seja, admitindo outros sujeitos influentes ou atuantes em políticas informacionais ou regimes de informação.

Na mencionada comparação, o autor situa pontos divergentes e convergentes tangentes às formas de comportamento, prática e ação informacional e observa, como resultado, que o conceito “ação de informação” tem apresentado um caminho fértil por comportar ou recepcionar novos objetos de estudo na ciência da informação, sobretudo por partir, como pressuposto, de uma concepção ampla de sujeito, algo que aparentemente vem corroborando para uma acepção pragmática particular de informação.

O texto seguinte, intitulado “Referentes teóricos y dimensiones aplicadas en el estudio del usuario de la información”, foi escrito por Aurora González-Teruel e traz uma análise ampla para abordar o campo dos estudos de usuários em sua dimensão ontológica, epistemológica e metodológica, apontando, mediante revisão de literatura, pontos fortes e fracos das construções teóricas sobre o tema nos últimos anos, assumindo, de um lado, os desenvolvimentos teóricos e, de outro, realizando a análise e a sistematização das novas propostas.

A autora aborda comportamento informacional como uma tradição teórica. Ela analisa esta tradição mediante os paradigmas objetivista e interpretativo concebidos no âmbito das ciências sociais e utiliza estudos de citações. Nessa tradição, situa comportamento informacional num panorama teórico nominado enfoque construtivista e/ou cognitivo, ou seja, com foco no indivíduo, não prescindindo de arremeter a discussão a horizontes mais amplos que implicam o papel do usuário na investigação especializada, a consideração do contexto social e a crítica aos métodos empregados. A consideração da tradição circundante ao enfoque construtivista-cognitivo abre margem para a indagação do atual lugar dos enfoques sociais da informação, sobretudo no que tange a construção de um diálogo profícuo com os usuários.

O último texto focado na parte dedicada aos “sujeitos da informação” foi escrito por Carlos Alberto Ávila Araújo e recebe a denominação de “Práticas informacionais: novo conceito

para o estudo dos usuários da informação”. O autor propõe analisar o quadro evolutivo do campo de estudos de usuários, valendo-se, sobremaneira, de um diálogo com os campos das ciências humanas e sociais, e da análise de conceitos de informação debatidos no campo da ciência da informação.

No tocante aos campos das ciências humanas e sociais, o autor se debruça sobre três modelos reconhecidamente relevantes para o estudo dos sujeitos: o modelo positivista, o modelo crítico e o modelo fenomenológico, de modo a relacionar com três influentes conceitos de informação no campo da ciência da informação: o físico, o cognitivo e o intersubjetivo. Desse cotejo, apresentam-se diferentes abordagens de estudos de usuários a partir das quais, segundo o autor, se destaca, na contemporaneidade, o conceito de “práticas informacionais”.

A parte dedicada às “intermediações” foi composta pelo texto de Luisa Maria Rocha nominado “Ciência, tecnologia, política e comunicação: o desafio da ação comunicativa dos museus frente às novas formas de produção e distribuição do conhecimento”. A autora pesquisou o campo temático do meio ambiente por este pressupor a articulação entre ciência, tecnologia, política e gestão, além de se tratar de uma questão social que permite integrar possibilidades da relação homem-natureza.

A dependência intrínseca entre patrimônio ambiental e conhecimento e avaliação dos recursos naturais motivou a autora a investigar a articulação de tais fenômenos no âmbito das comunicações em museus, considerando regras de legitimação e autoridade de produção social do conhecimento na institucionalização de disciplinas, especializações e campos. O papel social do museu, de produção e difusão do conhecimento, isto é, de intermediação, foi considerado no sentido de trazer luz às formas de circulação, formulação de decisões e ações de grupos envolvidos na temática estudada. Para tanto, utilizou como conceitos referentes “regime de conhecimento”, de Rammert, “representação”, de Latour, “mediação”, de Davallon, e de “informação”, de González de Gómez.

Embora todos os textos até aqui introduzidos abordem, de algum modo, os objetos estudados de forma transversal, ou seja, não se limitando a uma determinada abordagem ou estabelecendo diálogos com outros campos, como os da filosofia e das ciências humanas e sociais, a quinta e última parte desta coletânea foi composta por dois textos que tomaram, como ponto de convergência, a preocupação sobre as “transversalidades” atinentes à porta de entrada para a consolidação de conhecimentos, ou seja, os processos de apropriação e uso da informação.

No primeiro texto intitulado “Apropiación y uso de la información y del conocimiento en el contexto de las ecologías informacionales” e de autoria de Francisco Javier García Marco, os processos de apropriação e uso da informação foram analisados a partir de perspectivas psicológica, educacional, jurídica e sociopolítica, sendo estas componentes de um percurso introdutório para apresentar e situar o conceito de “ecologia da informação”. Este conceito é analisado como um instrumento para a compreensão de aspectos relacionados ao uso da informação quando imersos em paradigmas distintos e pensados em suas implicações com o conceito conhecimento.

O prisma ecológico-informacional foi apresentado como um mirante para a análise da biblioteca no âmbito da infosfera e das mudanças tecnológicas. Busca-se oferecer perspectivas e apontar para desafios a serem enfrentados por bibliotecas e arquivos no cenário da nova ecologia da informação, em grande parte, permeada pelo digital. No caso, atenta-se para o processo de apropriação da informação por parte do usuário, assim como para a aceitação de obrigações e responsabilidades dos clientes num mundo transpassado por informações. Para o autor, a consideração da apropriação e do uso da informação é estratégica para assegurar o futuro dos profissionais e dos pesquisadores da informação.

O texto que finaliza esta coletânea foi escrito por Luciana de Souza Gracioso e se intitula “Consumo e uso da informação na Web: pragmática informacional na modernidade líquida”. Os múltiplos papéis dos sujeitos e as variáveis culturais, psicológicas e econômicas são apresentados como parte de uma ampla problemática, dentre as quais a última delas ganha relevo particular em relação à forma pela qual os atores sociais são sujeitados quando destituídos de recursos para acesso à informação e para se contrapor às forças econômicas que conformam os sistemas de informação virtuais, digitais ou impressos.

Conforme exposto por Gracioso, a informação, produzida e intermediada pela Web, se constitui como um terreno fértil a ser explorado no sentido de situar os fenômenos sobreditos e, por esse motivo, o caminho foi percorrido pela autora em busca de esclarecimentos acerca do cenário global contemporâneo sobre produção e consumo da informação, mediante as obras de Z. Bauman. A condição ou o mal estar dos processos de comunicação e uso tecnológico na sociedade líquida foi uma contribuição de tais obras que abriram caminho para a autora realizar uma reflexão acerca da teoria da ação comunicativa de J. Habermas, cuja proposta de ação social prioriza o papel do uso da linguagem, algo que permitiu tecer apontamentos sobre o uso da informação na Web a partir da pragmática de L. Wittgenstein.

Espera-se que os presentes apontamentos despertem inquietudes com vistas à reflexão sobre os temas que envolvem a atuação dos sujeitos nos processos de intermediação e de consumo e apropriação de informação e de conhecimento em distintas institucionalidades no cenário informacional.

Brasília e Rio de Janeiro, março de 2015.

Referências

- ARAÚJO, C. A. Á. A ciência da informação como ciência social. *Ci. Inf.*, v. 32, n. 3, p. 21-27, 2003.
- BORKO, H. Information science: what is it? *American Documentation*, v. 19, n. 1, p. 3-5, 1968.
- BUCKLAND, M. Information as thing. *JASIS*, v. 42, n. 5, p.351-260, 1991.
- BUSH, V. As we may think. *Atlantic Monthly*, v.176, n.1, p.101-108, 1945.
- CAPURRO, R. Epistemología y Ciencia de la Información. *Enl@ce: Revista Venezolana de Información, Tecnología y Conocimiento*, Año 4, n.1, Enero-Abril, p.11-29, 2007.
- _____. Hacia una teoría comparada de agentes. *Factotum*, v.7, p.1-13, 2010.
- _____. The Dao of the Information Society in China and the task of intercultural information ethics. *CEPE 2011: Crossing Boundaries*, p. 39, 2011.
- FERNÁNDEZ MOLINA, J. C. De la Documentación a la Information Science: antecedentes, nacimiento y consolidación de la "Ciencia de la Información" en el mundo anglosajón. *Boletín de la Asociación Andaluza de Bibliotecarios*, v. 9, n. 33, p. 41-61, 1993.
- FLORIDI, L. (Ed.). *The Onlife Manifesto: being human in a hyperconnected era*. Heidelberg: Springer Open, 2015.
- LÓPEZ YEPES, J. *La documentación como disciplina: teoría e historia*. 2.ed. actual. y ampl. Panplona: EUNSA, 1995. 337p.
- MAUGER, J. (Ed.). *CEPE 2011: Crossing Boudaries: ethics in interdisciplinary and intercultural relations*. Menomonie, Wisconsin: INSEIT, 2011. Selected papers from the Ninth International Conference on

Computer Ethics: Philosophical Enquiry, CEPE, May 31-June 1, 2011.

OTLET, P. *Traité de documentation: le livre sur le livre: théorie et pratique*. Bruxelles : Mundaneum, 1934.

RABELLO, R. A Ciência da Informação como objeto: epistemologias como lugares de encontro. *Perspect. Ci. Inf.*, Belo Horizonte, v.17, n.1, mar. 2012. Disponível em:

<<http://portaldeperiodicos.eci.ufmg.br/index.php/pci/article/view/1107/1012>>. Acesso em: 16 maio 2012.

_____. Noções de sujeito em modelos teóricos na Ciência da Informação: do enfoque no sistema à consideração da agência em contexto, *Inf. e Soc.:Est.*, v.23, n.3, 2013. Disponível em:

<<http://www.ies.ufpb.br/ojs2/index.php/ies/article/view/15144>>. Acesso em: 10 fev. 2014.

RAYWARD, W. B. Orígenes de la ciencia de la información y del Instituto Internacional de Bibliografía / Federación Internacional de Información y Documentación (FID). In: RAYWARD, W. B.; ARNAU RIVED, P. *Hasta la documentación electrónica*. 2.ed. Madrid: Mundarnau, 1995.

RENDÓN ROJAS, M. Á. *Bases teóricas y filosóficas de la Bibliotecología*. 2.ed. México-DF: UNAM, Centro Universitario de Investigaciones Bibliotecológicas, 2005.

RIEH, S. Y. Judgment of information quality and cognitive authority in the Web. *JASIST*, v.53, n.2, p.145-161, 2002.

RIEH, S. Y.; BELKIN, N. J. Understanding judgment of information quality and cognitive authority in the WWW. In: ANNUAL MEETING OF THE AMERICAN SOCIETY FOR INFORMATION SCIENCE, 61., 1998. [S.l.]. *Proceedings...* [S.l.: s.n.], 1998.

RIEH, S. Y.; DANIELSON, D. R. Credibility: a multidisciplinary framework. *ARIST*, v. 41, p. 307-364, 2007.

SARACEVIC, T. Interdisciplinary nature of information science. *Ci. Inf.*, v.24, n.1, p.36-41, 1995.

SHERA, J. H. Sobre biblioteconomia, documentação e ciência da informação. In: GOMES, H. E. (Org.). *Ciência da informação ou informática?* Rio de Janeiro: Calunga, 1980. p. 91-105.

AGENTS, INTERMEDIATIONS AND INSTITUTIONALITIES: appointments in an interpretative mosaic within the informational field

In our current informational set, we here consider the coexistence of specific technological objects with the dynamics of communicative network processes reflect and/or the influence of the agency of subjects and informative institutions. We infer that part of the difficulty in understanding this phenomenon comes from how fast these changes have been sticking out to researchers who, immerse in this new context, seek perspectives in which to report on their interpretations. We intend, in this book, to bring a few pieces of this interpretational mosaic found in the literature of Information Science in dialogue with Social Sciences and Philosophy, always seeking to understand the roles of subjects and institutions before shapeless and significant contemporary communicative contexts. We assume there is a possible way for this proposition to fit, passing through interpretations of new theoretical and conceptual paradigms concerning what goes in between subjects' agencies and challenges for the intermediation of information in an institutional ambit.